

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.574 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 2002



Tebet afirma que tarefa principal do Congresso até dezembro será a votação do Orçamento da União

## Tebet analisa calendário de votações

O presidente do Senado, Ramez Tebet, pretende consultar informalmente os líderes partidários para decidir sobre a necessidade de um calendário de votações até o fim do ano. Hoje, ele preside a primeira sessão ordinária depois das eleições. Uma das propostas em pauta cria nova fonte de receita para hospitais universitários.

PÁGINA 2

## CCJ examina quarentena para cargos públicos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem reunião marcada para amanhã, com uma pauta de 32 itens. Entre eles está projeto de José Eduardo Dutra que impede ex-ocupantes de cargos na administração pública federal com acesso a informações privilegiadas de ocupar postos em empresas privadas pelo período de um ano após a exoneração.

PÁGINA 8

# PFL e PMDB terão as maiores bancadas

Com a eleição de 14 senadores pelo PFL e nove pelo PMDB, esses partidos continuarão a ter no ano que vem as maiores bancadas no Senado: 19 parlamentares cada um. A terceira bancada será a do PT (14 integrantes), enquanto o PSDB ficará com 11.

PÁGINA 3



A composição do Plenário ainda depende do segundo turno das eleições, pois José Alencar disputa a Vice-Presidência, e Álvaro Dias, o governo do Paraná

## Conheça os perfis dos senadores eleitos

O atual vice-presidente da República, o presidente do Senado, vários ex-governadores, deputados, líderes religiosos, médicos, jornalistas, economistas, professores, advogados, empresários, sindicalistas e engenheiros: nesta edição, o *Jornal do Senado* apresenta os perfis dos 54 senadores escolhidos no último domingo. Entre eles, há 14 parlamentares reeleitos e nove mulheres. Alguns vêm de longas experiências na vida pública, ao passo que outros disputaram pela primeira vez um mandato. Antes de ser empossados, em 1º de fevereiro do ano

que vem, os novos senadores devem tomar diversas providências. Eles terão que ser diplomados pela Justiça Eleitoral nos estados em que foram eleitos e entregar o original do diploma à Secretaria Geral da Mesa do Senado. Para fins de ampla divulgação, os eleitos deverão apresentar ao Senado declaração de bens e de renda, incluindo passivos de sua responsabilidade, do cônjuge ou companheiros, ou de pessoas jurídicas por eles controladas, desde que de valor igual ou superior à remuneração mensal de senador.

PÁGINAS 4 A 7

# Senado realiza sessão hoje e Tebet define calendário com as lideranças

Votação do Orçamento – que “exige paciência e negociação” – é a principal função do Congresso Nacional até o fim do ano, na opinião do presidente do Senado

O presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), preside hoje a primeira sessão ordinária depois das eleições. Ele pretende também consultar informalmente os líderes partidários para decidir sobre a necessidade de um calendário de votações até o fim do ano. Tebet, que acaba de se reeleger senador pelo Mato Grosso do Sul, disse que a principal tarefa do Congresso Nacional até dezembro será a aprovação do Orçamento Geral da União.

– Votar o Orçamento é sempre uma tarefa complexa e que exige paciência e negociação, principalmente neste momento em que há uma crise internacional que atin-

ge o Brasil, em que temos o problema do pagamento dos juros da dívida pública e a obrigação de obter um superávit fiscal de quase 4% para o primeiro ano de mandato do próximo presidente. Mas o Congresso Nacional estará à altura da responsabilidade – disse Ramez Tebet.

O presidente do Senado garante que não haverá dificuldades para a formação de uma maioria sólida para o próximo presidente da República, qualquer que seja o



Sistema de votação eletrônica utilizado nas eleições foi inteiramente aprovado, diz Tebet

eleito, mesmo levando-se em conta que nenhum partido ou coligação partidária conseguiu maioria nas duas Casas do Congresso.

– Confio na capacidade de arti-

culação do próximo presidente e confio principalmente na responsabilidade e no senso patriótico dos nossos futuros congressistas, que não faltarão ao Brasil neste momento – afirmou.

Ramez Tebet considera inteiramente aprovado o sistema de votação eletrônica, apesar dos atrasos em várias regiões do país. Ele observou que esta foi a primeira vez que os brasileiros votaram em seis candidatos ao mesmo tempo, com um sistema novo.

– A votação eletrônica está aprovada e tenho a certeza de que, nas próximas eleições, chegaremos perto da perfeição, com rapidez, eficiência e confiabilidade.

## Hospital universitário poderá captar recurso com internações

A primeira sessão deliberativa do Senado após a realização das eleições está marcada para as 14h30 de hoje e conta com uma pauta de nove itens. Entre as matérias a serem examinadas está o substitutivo a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite a hospitais universitários captar recursos com internações hospitalares de pacientes com capacidade econômica para arcar com os custos. A matéria, que altera a Lei Orgânica da Saúde, estará sendo votada em turno suplementar, pois foi apreciada em Plenário e recebeu emendas.

O modelo proposto por Alcântara já é adotado em algumas instituições de saúde, como a Rede Sarah de Hospitais e o Incor de São Paulo, e baseia-se em um sistema em que tanto os pacientes carentes quanto os mais ricos continuam sendo atendidos pelos hospitais universitários, mas os



Proposta de Alcântara muda Lei Orgânica da Saúde e beneficia pacientes carentes

que têm condições pagam pelo tratamento e esses recursos são revertidos em favor dos pacientes mais pobres.

Os senadores também devem analisar três propostas de emendas à Constituição (PECs), sendo que duas serão discutidas em primeiro turno e uma já está pronta para a votação em segundo turno: a emenda apresentada pelo



Emenda de Quintanilha que limita despesas das câmaras municipais será analisada

senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) que estabelece os limites de despesas com o Poder Legislativo municipal.

As duas PECs que estão em sessão de discussão no primeiro turno foram propostas por Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Uma delas trata da aprovação do processo de demarcação de terras indígenas e a outra cria um percentu-



Dois propostas de Mozarildo Cavalcanti também serão examinadas em Plenário

al específico do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aplicação em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal.

Serão votados ainda, na mesma sessão, cinco projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias na Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.



### AGENDA

TERÇA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

14h30 – Preside sessão deliberativa ordinária

#### PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: votação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 449/99, altera o artigo 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 16/02, altera o inciso I do artigo 159 da Constituição federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 38/99, altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal (aprovação pelo Senado do processo de demarcação de terras indígenas); e PDLs aprovando atos que autorizam rádios comunitários.

#### PREVISÃO PLENÁRIO

Quarta-feira  
14h30 – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 16/02, altera o inciso I do artigo 159 da Constituição federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 38/99, altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal (aprovação pelo Senado do processo de demarcação de terras indígenas); PLC nº 17/02, dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”; PLC nº 24/02, denomina “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR-135 compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizada no município de São Luís (MA); e PDLs aprovando atos que autorizam a execução de rádios comunitários.

Quinta-feira  
10h – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 38/99, altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal (aprovação pelo Senado do processo de demarcação de terras indígenas); PLC nº 255/02, denomina “subestação Delfino Araújo Macedo” a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte, situado no município de Miracema do Tocantins (TO); PLC nº 46/02, denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-153 do estado do Pará até o estado do Rio Grande do Sul; e PDLs aprovando atos que autorizam a execução de rádios comunitários.

Sexta-feira  
9h – Sessão não deliberativa

### JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# PFL e PMDB terão as maiores bancadas no Senado

Serão 19 senadores pefelistas e igual número de peemedebistas. Haverá 14 representantes do PT, 11 do PSDB e pelo menos quatro do PDT. PSB, PTB e PL deverão contar, cada um, com três. PPS, PPB e PSD terão um parlamentar cada

O PFL e o PMDB deverão ter, mais uma vez, as maiores bancadas no Senado a partir de 2003, seguidos do PT. De acordo com os resultados divulgados ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram eleitos 14 senadores pelo PFL e nove pelo PMDB. Como cinco pefelistas e dez peemedebistas ainda dispõem de mais quatro anos de mandato, cada um dos dois partidos contará com 19 senadores.

A balança poderá pender para o PMDB caso o candidato do PT ao Palácio do Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva, seja eleito em segundo turno. Isso ocorreria porque o candidato a vice-presidente na chapa de Lula, senador José Alencar (PL-MG), abri-

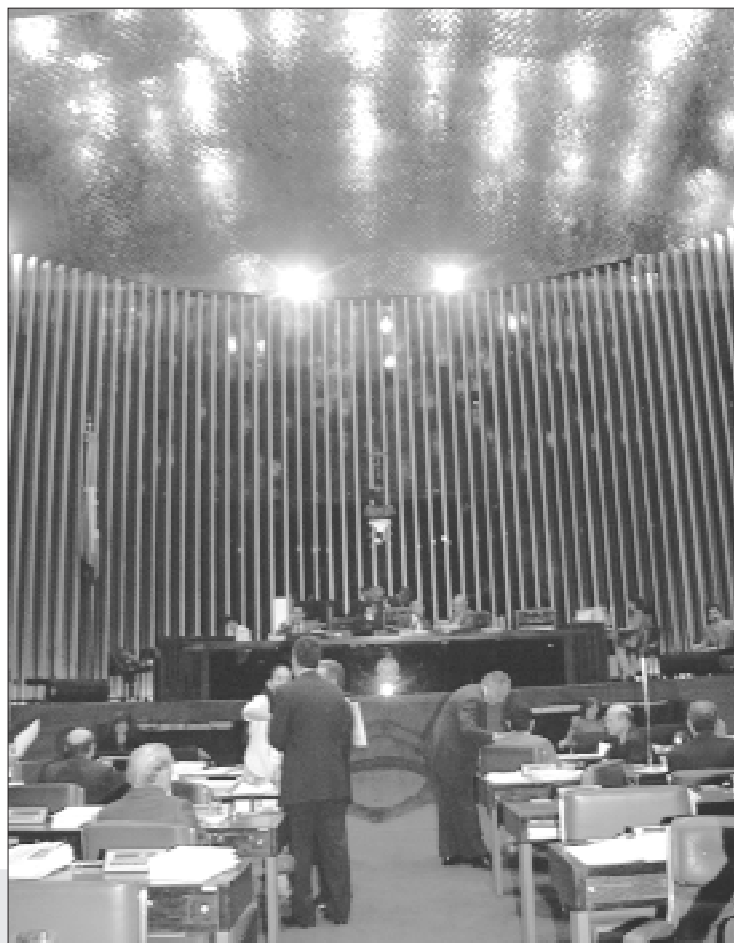
ria espaço para a posse de seu suplente, Aélton José de Freitas, filiado ao PMDB. Nesse caso, o PMDB passaria a ter 20 senadores e a maior bancada da Casa.

A atual bancada peemedebista é de 23 parlamentares – haveria, portanto, uma redução de três ou quatro senadores, dependendo da posse ou não de Freitas. O PFL, por sua vez, acrescenta um parlamentar à sua atual bancada de 18 representantes. Também integrante do atual bloco de sustentação do governo, o PSDB terá sua bancada reduzida de 14 para 11 senadores.

Assim, a terceira maior bancada do Senado passará a ser a do PT. Com a eleição de dez senadores neste ano, sua bancada deve-

rá contar com 14 integrantes – seis a mais do que atualmente. O PDT elegeu quatro senadores, mas a composição de sua bancada ainda depende do resultado das eleições do Paraná, onde o senador Álvaro Dias (PDT) disputa o segundo turno para o governo estadual com o também senador Roberto Requião (PMDB).

O PSB, o PTB e o PL deverão contar com três senadores cada. O PL poderá ver sua bancada reduzida de três para dois senadores, no caso da vitória de Lula. O PPS, o PPB e o PSD terão um parlamentar cada. Ainda encontra-se sem partido João Batista da Mota, suplente do senador Paulo Hartung (PSB-ES), eleito governador do Espírito Santo.



Geraldo Magalhães

Quase a metade das cadeiras do Senado será ocupada por políticos que chegam pela primeira vez à Casa ou retornam após longa ausência

## Renovação será de quase 50% a partir do próximo ano

As eleições do último domingo provocarão ampla renovação do Senado a partir de 2003. Dos 32 senadores que disputaram a reeleição, apenas 14 conseguiram novo mandato. Esse número sobe a 15 se incluído o ex-senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que renunciou em maio de 2001. Considerando o ex-presidente do Senado como reeleito, 40 das 54 cadeiras em disputa serão ocupadas por políticos que chegam pela primeira vez à Casa, ou retornam depois de uma longa ausência – como o vice-presidente da República, Marco Maciel, e o ex-governador do Rio Grande do Norte Garibaldi Alves.

Entre os novos eleitos, estarão em Plenário, a partir de fevereiro, além de Garibaldi, os ex-governadores João Capiberibe (PSB), do Amapá; César Borges (PFL), da Bahia; Cristovam Buarque (PT), do Distrito Federal; Roseana Sarney (PFL), do Maranhão; Eduardo Azeredo (PSDB), de Minas Gerais;

José Maranhão (PMDB), da Paraíba; Valdir Raupp (PMDB), de Rondônia; e Mão Santa (PMDB), do Piauí.

### DESEMPENHO

Com 14 novos parlamentares, o PFL foi o partido que registrou melhor desempenho nas eleições deste ano para o Senado. Em três estados – Bahia, Maranhão e Tocantins – o partido ficou com as duas vagas disponíveis.

Em seguida veio o PT, que elegeu dez senadores – dois a mais do que dispõe atualmente. Como quatro dos atuais senadores do partido ainda dispõem de quatro anos de mandato, o bom desempenho no pleito deste ano permitirá que o PT detenha a terceira maior bancada do Senado.

O PMDB, por sua vez, elegeu nove senadores e manteve-se entre os maiores partidos na Casa. O PSDB, que perderá no próximo ano a condição de terceira maior bancada, contará com oito novos senadores.

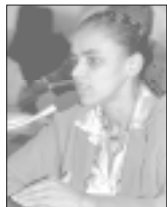
### Senadores eleitos

 <b>ACRE</b> Marina Silva (PT) Geraldinho Mesquita (PSB)	 <b>MARANHÃO</b> Roseana Sarney (PFL) Edison Lobão (PFL)	 <b>RIO DE JANEIRO</b> Sérgio Cabral (PMDB) Marcelo Crivella (PL)
 <b>ALAGOAS</b> Renan Calheiros (PMDB) Iecônio Vilela Filho (PSDB)	 <b>MATO GROSSO</b> Jonas Pinheiro (PFL) Serys Slhessarenko (PT)	 <b>RIO GRANDE DO NORTE</b> Garibaldi Alves (PMDB) José Agripino (PFL)
 <b>AMAPÁ</b> Papaléo Paes (PTB) João Capiberibe (PSB)	 <b>MATO GROSSO DO SUL</b> Ramez Tebet (PMDB) Delcídio Gomez (PT)	 <b>RIO GRANDE DO SUL</b> Sérgio Zambiasi (PTB) Paulo Paim (PT)
 <b>AMAZONAS</b> Arthur Virgílio Neto (PSDB) Jefferson Péres (PDT)	 <b>MINAS GERAIS</b> Eduardo Azeredo (PSDB) Hélio Costa (PMDB)	 <b>RONDÔNIA</b> Fátima Cleide (PT) Valdir Raupp (PMDB)
 <b>BAHIA</b> Antonio Carlos Magalhães (PFL) César Borges (PFL)	 <b>PARÁ</b> Ana Júlia (PT) Duciomar Costa (PSD)	 <b>RORAIMA</b> Romero Jucá (PSDB) Augusto Botelho (PDT)
 <b>CEARÁ</b> Tasso Jereissati (PSDB) Patrícia Gomes (PPS)	 <b>PARAÍBA</b> José Maranhão (PMDB) Efraim Morais (PFL)	 <b>SANTA CATARINA</b> Ideli Salvatti (PT) Leonel Pavan (PSDB)
 <b>DISTRITO FEDERAL</b> Cristovam Buarque (PT) Paulo Octávio (PFL)	 <b>PARANÁ</b> Osmar Dias (PDT) Flávio Arns (PT)	 <b>SÃO PAULO</b> Albizio Mercadante (PT) Romeu Tuma (PFL)
 <b>ESPIRITO SANTO</b> Magno Malta (PL) Gerson Camata (PMDB)	 <b>PERNAMBUCO</b> Marco Maciel (PFL) Sérgio Guerra (PSDB)	 <b>SERGIPE</b> Antonio Carlos Valadares (PSB) Almeida Lima (PDT)
 <b>GOIÁS</b> Demóstenes Torres (PFL) Lúcia Vânia (PSDB)	 <b>PIAUI</b> Heráclito Fortes (PFL) Mão Santa (PMDB)	 <b>TOCANTINS</b> Leomar Quintanilha (PFL) João Ribeiro (PFL)

## CONHEÇA OS SENADORES ELEITOS

### Acre

Marina Silva (PT), 44 anos. Reeleita para o segundo mandato, está no Senado desde 1995. É licenciada em História pela Universidade Federal do Acre. Já ocupou os cargos de vereadora em Rio Branco, entre 1988 e 1990, e deputada estadual (1991/95). Em 1997 recebeu um prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU) por sua atuação em defesa do meio ambiente. É casada, tem quatro filhos e ocupa a vice-presidência da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.



Marina Silva

Suplentes: Antônio Ferreira da Silva e Sebastião Machado Oliveira.

Geraldo Mesquita Júnior (PSB), 53 anos. Formado em Direito, atua na política desde os anos 60, quando militava na Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB. Filho do ex-governador e ex-senador Geraldo Mesquita, foi chefe de gabinete do governador Jorge Viana. Nascido em Fortaleza (CE), casado, é procurador da Fazenda Nacional. Esta foi a primeira vez que se candidatou a um cargo eletivo.



Geraldo Mesquita

Suplentes: Francisco Evandro Rosas da Costa e Natal de Souza Chaves.

### Alagoas

Renan Calheiros (PMDB), 47 anos. Formado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas, foi eleito pela primeira vez ao Senado em 1994. Atualmente é o líder do seu partido na Casa. Foi ministro da Justiça (1998/99). Entre 1979 e 1991 elegeu-se deputado estadual e por duas vezes deputado federal. Em 1990 ocupou, na Câmara, o cargo de líder do governo Fernando Collor. É casado e pai de três filhos.



Renan Calheiros

Suplentes: José Wanderley Neto e José Oliveira Costa.

Teotônio Vilela Filho (PSDB), 51 anos. Economista graduado pela UnB, com especialização em Administração de Empresas, iniciou-se na vida pública em 1986, quando conquistou seu primeiro mandato na Casa, sendo um dos senadores mais jovens da história republicana (35 anos). Reeleito em 1994 para o segundo mandato, quando ocupou o cargo de primeiro vice-presidente do Senado (1995/96). É casado e tem dois filhos. O pai, Teotônio Vilela, morto em 1983, foi senador.



Teotônio Vilela

Suplentes: Valquíria Alves Brandão César e João Evangelista Costa Tenório.

### Amapá

João Bosco Papaléo Paes (PTB), 50 anos. Médico cardiologista, foi prefeito de Macapá no período de 1993/96. Serviu ao Exército até 1980, onde chegou à patente de primeiro-tenente do 3º Batalhão Especial de Fronteira, exercendo funções de membro da junta médica da guarnição da capital. Foi secretário estadual da Saúde e presidente da Associação Médica do Amapá, antes de se lançar candidato em eleições. Casado, duas filhas, esta foi a primeira vez em que concorreu ao Senado.



Papaléo

Suplentes: Uilton José Tavares e Sebastião Cristovam Fortes Magalhães.



Capiberibe

João Alberto Capiberibe (PSB), 55 anos. Formado em Zootecnia no Canadá, "Capi", como é conhecido no estado, morou por oito anos no exterior, depois que foi expulso do país pelo regime militar. Voltou ao Brasil em 1979, durante a Anistia. Em 1988 foi eleito para a prefeitura de Macapá. Seis anos depois elegeu-se governador do estado, sendo reeleito para o período de 1999 a 2003. Neste ano licenciou-se do cargo para concorrer ao Senado. É casado e tem três filhos.

Suplentes: Odete da Cruz Monteiro e José Ramalho de Oliveira.

### Amazonas

Arthur Virgílio Neto (PSDB), 56 anos. Diplomata de carreira do Itamaraty (primeiro-secretário licenciado) e advogado, está no terceiro mandato de deputado federal. Foi prefeito de Manaus (1989/93) e ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República (2001/02). Atualmente, é líder do governo Fernando Henrique Cardoso na Câmara dos Deputados e secretário-geral do PSDB.



Arthur Virgílio

Suplentes: Ana Virgínia Rego Gama e Frank Luiz da Cunha Garcia.



Jefferson Péres

Jefferson Péres (PDT), 70 anos. Natural de Manaus, é bacharel em Direito e professor titular de Economia da Universidade Federal do Amazonas. Foi secretário do Tribunal de Justiça do estado. Elegeu-se pela primeira vez em 1988, para a Câmara Municipal da capital amazonense, reelegendo-se em 1992. Está no Senado Federal desde 1995, onde agora vai exercer o segundo mandato. É presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa.

Suplentes: Erasmo Lino de Jesus Alfaia e Jefferson Praia Bezerra.

### Bahia

Antonio Carlos Magalhães (PFL), 75 anos. Médico e jornalista, foi eleito pela primeira vez para cargo público em 1954 (deputado estadual). Chegou à Câmara dos Deputados em 1962. Prefeito de Salvador (1967/70), três vezes governador da Bahia (a última entre 1991/95), presidente da Eletrobrás (1975), ocupou o Ministério das Comunicações no governo Sarney (1985/90). Eleito senador em 1994, foi duas vezes presidente da Casa. No ano passado renunciou ao cargo para evitar um processo de cassação.



Antonio Carlos

Suplentes: Hélio Corrêa de Mello e Antonio Carlos Júnior.

César Borges (PFL), 53 anos. Casado, seis filhos, formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia, ex-professor universitário, empresário e ex-presidente da Junta Comercial do estado. Deputado estadual por dois mandatos (1982/90), secretário de Recursos Hídricos no governo de Antonio Carlos Magalhães (1991/95), vice-governador entre 1995 e 1999, ano em que assumiu a chefia do Executivo estadual. Deixou o cargo para concorrer ao Senado.



César Borges

Suplentes: Aílton Araújo Sepúlveda e Djalma Alves Bessa.

### Ceará

Tasso Jereissati (PSDB), 53 anos. Eleito três vezes para o governo cearense, entre 1987 e 2002. Este ano disputou pela primeira vez uma vaga no Legislativo. É natural de Fortaleza, empresário, formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-presidente nacional do PSDB, partido que ajudou a fundar nos anos 80. Casado, tem três filhos. O pai, Carlos Jereissati, também ocupou uma vaga no Senado na década de 60.



Tasso Jereissati

Suplentes: Francisco das Chagas Alcântara Macedo e Francisco Assis Machado Neto.



Patrícia Gomes

Patrícia Gomes (PPS), 39 anos. Atualmente, cumpre mandato de deputada estadual no Ceará. Ex-mulher de Ciro Gomes, que disputou pelo PPS a Presidência da República. Patrícia entrou na política pela porta do movimento estudantil de Fortaleza, nos anos 70. Foi eleita vereadora de Fortaleza em 1996, com um número recorde de votos. Dois anos depois, entrou na Assembléia Legislativa. Formada em Pedagogia, tem três filhos com Ciro Gomes.

Suplentes: Francisco de Assis Almeida Filho e Francisco Flávio Torres de Araújo.

### Distrito Federal

Cristovam Buarque, 58 anos. Natural do Recife, casado, doutor em Economia pela Sorbonne (França). Professor da Universidade de Brasília (UnB), exerceu o governo do Distrito Federal pelo PT, entre 1995 e 1998. O projeto Bolsa-Escola, implementado no seu governo, foi premiado no Brasil e no exterior. Autor de 18 livros, presidiu o Conselho da Universidade para a Paz da ONU, criou a ONG Missão Criança e participou da Comissão Presidencial para a Alimentação, dirigida pelo falecido sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.



Cristovam

Suplentes: Moisés José Marques e Eurípedes Pedro de Camargo.

Paulo Octávio Alves Pereira, 52 anos. Nasceu em Lavras (MG). Empresário da construção civil, foi deputado federal pelo antigo PRN, entre 1991 e 1995, voltando à Câmara em 1999, pelo PFL. No Distrito Federal, exerceu a função de presidente do diretório do PFL e apoiou a candidatura do governador Joaquim Roriz (PMDB) pela reeleição. Casado com Anna Cristina Kubitschek, tem quatro filhos.



Paulo Octávio

Suplentes: Abdala Carim Nabut e Adelmir Araújo Santana.

### Espírito Santo

Gerson Camata (PMDB), 61 anos. Economista e jornalista, nasceu em Castelo (ES). É casado com a deputada e candidata a vice-presidente na chapa de José Serra, Rita Camata, com quem tem dois filhos. Iniciou a carreira política como vereador (1967) em Vitória, sendo depois deputado estadual (1971/75) e deputado federal duas vezes (1975/79 e 1979/83), pelo antigo MDB. Foi governador do Espírito Santo (PMDB) entre 1983 e 1986, sendo posteriormente eleito senador para o período de 1987/94, e reeleito para o período 1995/2003.



Gerson Camata

Suplentes: Elizete Fassarella e Luiz Martins Spadeto.

Magno Pereira Malta (PL), 45 anos. Nasceu em Macarani (BA). É pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular. Foi eleito vereador em 1993, em Cachoeiro de Itapemirim (ES). Tornou-se deputado estadual em 1995 e deputado federal em 1999, pelo PTB. Filiou-se ao Partido Liberal em 2002. Presidiu na Câmara a CPI do Narcotráfico.



Magno Malta

Suplentes: Nílís Castberg Machado de Souza e Francisco José Gonçalves Pereira.

## CONHEÇA OS SENADORES ELEITOS

### Goiás

Lúcia Vânia Abrão Costa (PSDB) é casada e mãe de três filhos. Nascida em 1944, em Cumari (GO), a senadora eleita é jornalista e se especializou em História da Arte no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro (RJ). Foi deputada federal constituinte, eleita em 1986. Foi reeleita três vezes, a última pelo PSDB, tendo sido vice-líder desse partido na Câmara dos Deputados. Lúcia Vânia foi secretária nacional de Assistência Social durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.



Lúcia Vânia

Suplentes: Marluccio Pereira da Silva e Antonio Faleiros Filho.

Demóstenes Lázaro Xavier Torres (PFL) fez sua estréia como candidato a um cargo eletivo. Foi aprovado em concurso público para promotor e procurador de Justiça de Goiás, tendo antes disso sido aprovado para o cargo de delegado de polícia. Foi procurador-geral de Justiça do Estado de Goiás no biênio 95/98. Foi também secretário de Segurança no governo de Marconi Perillo (PSDB). Torres nasceu em Anicuns (GO) em 1961.



Demóstenes

Suplentes: José Eduardo Fleury Fernandes Costa e Sandra Melon de Paula.

### Maranhão

Roseana Sarney Murad (PFL), 49 anos. Filha do ex-presidente e atual senador José Sarney (PMDB-AP), Roseana vem de uma família com tradição política. Secretária do pai quando ele ocupou a Presidência da República (1985-90), elegeu-se deputada federal em 1990. Em 1994 tornou-se a primeira mulher a ganhar eleições para o governo de um estado. Reeleita em 1998, chegou a ser lançada como pré-candidata à Presidência, mas acabou desistindo em março deste ano. Formada em Ciências Sociais, é casada e tem uma filha.



Roseana Sarney

Suplentes: Ildon Marques de Souza e Luís Carlos Bello Parga.

Edison Lobão (PFL), 65 anos. Jornalista e advogado, iniciou a vida pública em 1979, quando elegeu-se deputado federal, reeleito em 1983. Entrou para o Senado em 1987. Entre 1991 e 1994 foi governador do Maranhão. Voltou ao Senado em 1995. Atualmente é o 1º vice-presidente da Casa e vice-líder da bancada do PFL. Casado, três filhos, começou a vida profissional como jornalista.



Edison Lobão

Suplentes: Remi Ribeiro Oliveira e Edison Lobão Filho.

### Mato Grosso

Serys Marly Slhessanen (PT) é gaúcha de Cruz Alta. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pedagoga e professora universitária, iniciou sua vida política em Cuiabá como secretária municipal de Educação (1985/86) e secretária estadual de Educação (1987/88). Foi reeleita deputada estadual três vezes consecutivas (1991/2003) e é a atual líder do PT na Assembléia Legislativa.



Serys

Suplentes: Wanderley Pignati e Oreny Francisco.



Jonas Pinheiro

Jonas Pinheiro da Silva (PFL) nasceu em 1941, na cidade de Santo Antônio do Leverger, em Mato Grosso. Casado, com um filho, Jonas Pinheiro é médico-veterinário formado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Foi presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) entre 1979 e 1982. Eleito deputado federal em 1982 pelo antigo Partido Democrático Social, Jonas Pinheiro foi reeleito duas vezes, já pelo Partido da Frente Liberal. Em 1994 obteve seu primeiro mandato de senador.

Suplentes: Jorge Yoshiaki Yanai e Gilberto Flávio Goellner.

### Mato Grosso do Sul

Ramez Tebet, 65 anos, tem agora seu segundo mandato como senador do PMDB, por Mato Grosso do Sul. É o atual presidente do Senado, tendo sido eleito em setembro de 2001. Casado, pai de quatro filhos, é natural de Três Lagoas (MS). Bacharel em Direito, Tebet foi promotor público em Mato Grosso do Sul e professor de Direito da Universidade Federal daquele estado. Durante seu primeiro mandato como senador, destacou-se ao presidir a CPI do Judiciário e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Em 2001 foi ministro da Integração Nacional de Fernando Henrique Cardoso.



Ramez Tebet

Suplente: Valter Pereira e Eduardo Otávio Teixeira Marcondes.

Delcídio do Amaral Gomez (PT), 47 anos, é casado e tem três filhas. Nascido em Corumbá (MS), é engenheiro, foi diretor da Petrobras e dirigiu a hidrelétrica de Tucuruí. Foi ministro de Minas e Energia no governo Itamar Franco e secretário de Infra-Estrutura e Habitação no governo de Zeca do PT, em Mato Grosso do Sul.



Delcídio

Suplentes: Ordalino Martins da Cunha e Antônio João Hugo Rodrigues.

### Minas Gerais

Hélio Calixto da Costa (PMDB) nasceu em 1939 em Barbacena, Minas Gerais. Foi eleito deputado federal constituinte, em 1986, pelo PMDB e reeleito duas vezes para a Câmara dos Deputados. Hélio Costa tornou-se conhecido como jornalista ainda nos anos 70 e ganhou notoriedade como correspondente internacional da Rede Globo de Televisão em Washington, EUA, entre 1972 e 1985.



Hélio Costa

Suplentes: Carlos Eduardo Fioravante da Costa e Wellington Salgado de Oliveira.

Eduardo Brandão de Azeredo (PSDB) nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1948. Formou-se em Engenharia Mecânica e se especializou em Análise de Sistemas. Foi vice-prefeito e prefeito da capital mineira. Em 1994 elegeu-se governador, também pelo Partido da Social Democracia Brasileira. Em 1998 disputou a reeleição perdendo para o ex-presidente Itamar Franco. Azeredo deixou o cargo de presidente da Belgo-Mineira Sistemas em junho para disputar e vencer uma vaga ao Senado Federal.



Eduardo Azeredo

Suplentes: Luiz Márcio Haddad Pereira Santos e Luiz Guarita neto.

### Pará

Ana Júlia de Vasconcelos Carepa (PT), 44 anos. Arquiteta e funcionária de carreira do Banco do Brasil, Ana Júlia iniciou a militância política nos anos 80, na Universidade Federal do Pará. Em 1992 foi eleita vereadora de Belém. Quatro anos depois chegou à Câmara dos Deputados. Em 1997 encabeçou uma chapa do PT para a prefeitura da cidade, elegendando-se vice-prefeita e acumulando também a Secretaria Municipal de Urbanismo. Única mulher em uma família de sete irmãos, Ana Júlia tem uma filha.



Ana Júlia

Suplentes: Michel Dib Tachy e José Nery Azevedo.



Duciomar Costa

Duciomar Gomes da Costa (PSD), 47 anos. Bacharel em Direito e técnico em Contabilidade, é deputado estadual no Pará, onde preside a Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas. Foi eleito a primeira vez em 1988, para a Câmara dos Vereadores de Belém, sendo reeleito no pleito seguinte. Deputado estadual desde 1995, preside uma fundação assistencial em Belém que leva seu nome.

Suplentes: Everaldo Siqueira Moreira e Fernando de Souza Flexa Ribeiro.

### Paraíba

José Targino Maranhão (PMDB), 66 anos. Advogado e empresário, está na política desde 1954, quando elegeu-se deputado estadual, sendo na época considerado o mais jovem parlamentar do Brasil. Reeleito por mais três legislaturas, chegou à Câmara dos Deputados em 1982, onde ficou até 1990. Em 1969 teve o mandato na Assembléia Legislativa cassado por 10 anos pelo regime militar. Secretário da Agricultura nos anos 60, foi duas vezes governador do estado (de 1995 a 2002).



José Maranhão

Suplentes: Antônio Porcino Sobrinho e Roberto Cavalcanti Ribeiro.

Efraim de Araújo Morais (PFL), 50 anos. Engenheiro civil, cumpre atualmente o terceiro mandato de deputado federal e é o presidente do partido na Paraíba. Na Câmara já ocupou a primeira vice-presidência. Começou a carreira política na Assembléia Legislativa, em 1983. Nesta Casa, ocupou a presidência. Deputado estadual por duas legislaturas, é casado, tem três filhos e é natural da cidade de Santa Luzia (PB).



Efraim Morais

Suplentes: Marta Eleonora Aragão Ramalho e Fernando Rodrigues Catão.

### Paraná

Osmar Fernandes Dias (PDT) nasceu em Quatá, São Paulo, em 1952. Engenheiro agrônomo e agropecuarista, Osmar Dias foi eleito senador da República pelo Paraná em 1994, candidatando-se pelo então Partido Progressista. Posteriormente, junto com seu irmão, o também senador Álvaro Dias, filiou-se ao PSDB. Em 2001, Osmar Dias saiu do PSDB e integrou-se ao Bloco Oposição, depois de assinar o requerimento para criação de uma CPI para apurar a corrupção no governo federal. Pai de duas filhas, ele atua em defesa da agricultura e foi presidente da Comissão de Assuntos Sociais.



Osmar Dias

Suplentes: Jorge Luiz Bernardi e José Carlos Gomes Carvalho.

O professor de Letras Flávio José Arns (PT) iniciou sua vida pública como deputado federal. Elegeu-se pela primeira vez em 1989, sendo reeleito para mais dois mandatos. Foi membro ativo das Comissões de Educação e Direitos Humanos. Em outubro de 2001, trocou o PSDB pelo PT. Pai de um casal de filhos, Arns nasceu em Curitiba em 1950.



Flávio Arns

Suplentes: Imar Pereira da Silva e Márcio Pessatti.

## CONHEÇA OS SENADORES ELEITOS

### Pernambuco

Marco Antonio de Oliveira Maciel (PFL), 62 anos. Nascido em Recife (PE), atual vice-presidente da República, ocupou diversos cargos políticos. Governador do estado natal (1979/82), ministro da Educação e do Gabinete Civil no governo Sarney (1985/90), presidente da Câmara dos Deputados (1977/79), deputado estadual e senador entre 1982 e 1990, quando foi líder do governo e presidente nacional do PFL. Casado, três filhos, é advogado e professor titular licenciado de Direito Internacional Público da Universidade Católica de Pernambuco.



Marco Maciel

Suplentes: Marcus Antonio Soares da Cunha e Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho.

Severino Sérgio Estelita Guerra (PSDB), 54 anos. Casado, três filhos, Sérgio Guerra é deputado federal, atualmente no terceiro mandato. Foi duas vezes deputado estadual e secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Pernambuco. É formado em Economia, com especialização em Economia Internacional pela Universidade de Harvard.



Sérgio Guerra

Suplentes: João Batista de Melo Alves e Roberto Chaves Pandolfi.

### Piauí

Heráclito de Sousa Fortes (PFL), 52 anos. Deputado federal por cinco legislaturas, Fortes é natural de Teresina, de onde foi prefeito (1989/92). Na Câmara dos Deputados ocupou a primeira vice-presidência da Casa e a vice-liderança do PFL. Também foi presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis). É casado e tem três filhas.



Heráclito Fortes

Suplentes: José de Andrade Maia e Jesus Elias Tajra.

Francisco de Assis de Moraes Souza (PMDB), 59 anos. Nascido em Parnaíba (PI), onde foi prefeito, ganhou o apelido de Mão Santa, que incorporou à vida política, quando exercia a medicina na cidade natal. Em 1994 elegeu-se governador do estado, obtendo a reeleição em 1998. Em novembro de 2001 teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político e econômico na reeleição ao governo. É casado e tem cinco filhos.



Mão Santa

Suplentes: Severo Maria Eulálio Filho e Adalgisa Carvalho de Moraes Souza.

### Rio de Janeiro

O senador eleito Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho (PMDB) nasceu no Rio de Janeiro, em 1963, filho do jornalista Sérgio Cabral. Ele conquistou seu primeiro mandato parlamentar, de deputado estadual, em 1990, com apenas 27 anos. Em 1994, Sérgio Cabral Filho foi reeleito. Em 1995, conquistou o cargo de presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, o qual exerceu por quatro mandatos consecutivos.



Sérgio Cabral

Suplentes: Paulo Hermínio Duque Costa e Regis Velasco Fichtner Pereira.

Marcelo Bezerra Crivella (PL), casado, pai de dois filhos, é engenheiro civil. Nasceu em 1957 no Rio de Janeiro. Cantor religioso, Crivella também exerce a função de bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. O senador eleito destinou os recursos arrecadados com seu último CD a projeto agrícola administrado por ele no sertão da Bahia, no qual utiliza tecnologia israelense para combater os efeitos da seca. Crivella concorreu, nestas eleições, pela primeira vez a um cargo público.



Marcelo Crivella

Suplentes: Natal Wellinton Rodrigues Furucho e Eraldo Macedo Bezerra.

### Rio Grande do Norte

Garibaldi Alves Filho (PMDB), 55 anos. Formado em Direito, desde muito jovem exerceu a profissão de jornalista na Rádio Cabugi e no jornal Tribuna do Norte. Aos 19 anos tornou-se chefe da Casa Civil da Prefeitura de Natal. Eleito deputado estadual em 1970 e nos três pleitos seguintes, em 1985 foi escolhido o primeiro prefeito de Natal, por via direta, após o regime militar. Seis anos depois tornou-se senador da República, mas renunciou para assumir o governo do estado em 1995, conseguindo novo mandato em 1998.



Garibaldi Alves

Suplentes: Carlos Alberto de Oliveira Torres e João Faustino Ferreira Neto.

José Agripino Maia (PFL), 57 anos. Natural de Mossoró, engenheiro civil, foi prefeito nomeado de Natal entre 1979 e 1982. Um ano depois elegeu-se para o governo do Rio Grande do Norte. Em 1986 foi eleito para o Senado. Novamente eleito para o governo entre 1991 e 1994, conseguiu novo mandato para o Senado, onde hoje ocupa a liderança do PFL. No Senado já ocupou a presidência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. É casado e tem dois filhos.



José Agripino

Suplente: José Bezerra de Araújo Júnior.

### Rio Grande do Sul

Sérgio Pedro Zambiasi (PTB) é radialista e jornalista de profissão. Casado, pai de quatro filhas, o senador eleito nasceu em Encantado (RS) em 1949. Sérgio Zambiasi conquistou grande popularidade como radialista. Em 1986 elegeu-se deputado estadual, sendo reeleito outras três vezes pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Presidente regional do PTB, exerceu a função de presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na qual fez oposição ao governo de Olívio Dutra (PT).



Sérgio Zambiasi

Suplentes: Edir Pedro Domeneghini e Cláudio Antônio Manfro.

O segundo senador eleito pelo Rio Grande do Sul é o deputado federal Paulo Renato Paim (PT). Metalúrgico, sindicalista, pai de cinco filhos, Paim foi eleito, desde 1987, quatro vezes deputado federal. Sempre em defesa das causas previdenciárias e trabalhistas, foi escolhido pelo Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap) como um dos parlamentares mais influentes e líder na formulação, debate e negociação das políticas salariais.



Paulo Paim

Suplentes: Roberto Macacnan e José Pin-da Motta Filho.

### Rondônia

Fátima Cleide Rodrigues da Silva (PT), 39 anos. A primeira mulher eleita para o Senado em Rondônia iniciou a militância política no movimento sindical (CUT, Sindicato dos Trabalhadores em Educação e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) nos anos 80. Formada em Letras e professora do ensino público federal, Fátima Cleide exerce desde 1999 a presidência do diretório regional do PT no estado. Nascida em Porto Velho (RO), tem três filhos e vai exercer pela primeira vez um cargo no Legislativo.



Fátima Cleide

Suplentes: José Raimundo Pires Medeiros e Jairo Augusto de Carvalho.

Valdir Raupp de Matos (PMDB), 47 anos. Catari-nense de nascimento, foi eleito em 1982 para a Câmara dos Vereadores de Cacoal (RO). Em 1984 elegeu-se prefeito de Rolim de Moura (RO), onde conseguiu a reeleição em 1992. Antes do término do mandato, em 1994, foi eleito governador de Rondônia. É casado com a deputada federal Marinha Raupp (PMDB-RO) e tem dois filhos.



Valdir Raupp

Suplentes: Manoel Ângelo Chagas e Tomás Guilherme Correia.

### Roraima

Romero Jucá Filho (PSDB), 47 anos. Economista com pós-graduação em Engenharia Econômica, natural de Recife (PE), é atualmente vice-líder do governo no Senado. No governo de José Sarney (1985/90) presidiu a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Fundação Projeto Rondon. Em 1988 foi nomeado governador do então território de Roraima. Antes de se eleger senador, em 1994, foi diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e secretário nacional de Habitação. Casado, tem quatro filhos.



Romero Jucá

Suplentes: Delacir de Melo Lima e Wirlande Santos da Luz.



Augusto Botelho

Suplentes: Ernesto Martins Vieira Júnior e Neides Batista.

Augusto Affonso Botelho Neto (PDT), 54 anos. Médico e pecuarista, natural de Vitória (ES), é membro da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM) e ex-secretário estadual da Saúde.

### Santa Catarina

Leonel Arcângelo Pavan (PSDB) nasceu em Sarandi, Rio Grande do Sul, em 1954. O senador eleito iniciou sua carreira política ao eleger-se vereador, no ano de 1981, em Balneário Camboriú, litoral catarinense. Posteriormente, alcançou o cargo de prefeito do município. Em 1994, foi eleito deputado federal pelo PSDB. Em 1996, Leonel Pavan voltou à prefeitura de Balneário Camboriú. Em 2000, reelegeu-se e cumpriu seu terceiro mandato à frente do executivo municipal.



Leonel Pavan

Suplentes: Selma Elias Westphal e Neuto Fausto de Conto.

A professora Ideli Salvatti (PT) é a grande surpresa nas eleições de Santa Catarina.

Apesar de não liderar nenhuma pesquisa de intenção de votos, foi a senadora mais votada entre 11 candidatos. Sindicalista e uma das fundadoras do PT, foi eleita para seu primeiro mandato como deputada estadual em 1994 e reeleita em 1998. Nesse período, liderou a bancada do PT na Assembléia Legislativa, integrou quatro comissões permanentes e presidiu duas CPIs. A educação, o serviço público e a fiscalização dos atos públicos são áreas prioritárias de sua atuação parlamentar. Ideli nasceu em São Paulo, em 1952.



Ideli Salvatti

Suplentes: Belini Meurer e Luís Carlos João.

## CONHEÇA OS SENADORES ELEITOS

### São Paulo

Romeu Tuma (PFL) nasceu em São Paulo em 1931 e é bacharel em Direito. Casado, pai de quatro filhos, terá agora seu segundo mandato de senador. Em 1994, foi eleito pelo Partido Liberal. Posteriormente filiou-se ao Partido da Frente Liberal. No primeiro mandato, chegou a ser líder do governo no Senado e presidiu a Comissão de Assuntos Sociais. Foi superintendente da Polícia Federal em São Paulo, diretor-geral da Polícia Federal, secretário nacional da Polícia Federal e secretário da Receita Federal.

Suplentes: Alexandre Honoré Marie Thiollier Filho e Alfredo Cotait Neto.

Aloizio Mercadante Oliva (PT) nasceu em 1954, em Santos (SP), e tem dois filhos. Economista formado pela Universidade de São Paulo e doutor pela Universidade de Campinas, é dos principais quadros do PT, pelo qual foi eleito deputado federal duas vezes. Foi candidato a vice-presidente da República na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1994. Mercadante foi eleito senador com o maior número de votos em todo o país: 10.398.204 (com 99% das urnas apuradas).

Suplentes: José Baccarin e João Vacari Neto.



Romeu Tuma

### Sergipe

Antonio Carlos Valadares (PSB) tem 59 anos. Advogado e químico, foi prefeito de sua cidade natal, Simão Dias (SE), no final dos anos 60. Elegeu-se deputado estadual por duas vezes a partir de 1970. Entre 1975 e 1976, foi presidente da Assembléia Legislativa do estado. Vice-governador (1983/86), conquistou o mandato para o governo de Sergipe entre 1987/90. Em 1994 foi eleito pela primeira vez para o Senado Federal, do qual é, atualmente, segundo vice-presidente. Tem dois filhos.

Suplentes: Paulo Carvalho Viana e Elber Batalha de Góes.



Almeida Lima

José Almeida Lima (PDT), 49 anos. Sergipano do município de Santa Rosa de Lima, é advogado e começou sua vida política como líder estudantil. Foi vice-prefeito de Aracaju (SE) e assumiu a prefeitura entre 1994 e 1996. Deputado estadual por dois mandatos, é o presidente do Partido Democrático Trabalhista em seu estado.

Suplentes: Nivaldo Fernando dos Santos e Max José Vasconcelos de Andrade.



Valadares

### Tocantins

O empresário João Batista de Jesus Ribeiro (PFL) nasceu em Goiás, na cidade de Campo Alegre, em 1954. Conquistou seu primeiro mandato como vereador em Araguaína (TO), em 1983. Em 1987 foi eleito deputado estadual. De 1989 a 1993 esteve à frente da prefeitura de Araguaína. Posteriormente elegeu-se deputado federal, sendo reeleito.

Suplentes: José João Batista Stival e Manoel Alencar Neto.

Leomar de Melo Quintanilha (PFL) é casado e pai de três filhos. Nascido em Goiânia (GO), em 1945, terá agora seu segundo mandato, desta vez pelo Partido da Frente Liberal.



Quintanilha

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (MG), Quintanilha exerceu as profissões de bancário e agropecuarista. Foi presidente da Federação Tocantinense de Futebol. Eleito deputado federal em 1989, foi reeleito para a Câmara e posteriormente disputou o mandato de senador. Eleito, foi líder do Partido Progressista Brasileiro. Quintanilha exerceu, nesta legislatura, a função de vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Suplentes: Luiz Tolentino e Sadi Cassol.



João Ribeiro



Waldeck Ornélas: projeto ampliará possibilidades de mulheres que chefiam famílias adquirirem casa própria

## Mulher pode ter crédito para moradia facilitado

Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que beneficia principalmente as mulheres chefes de família na concessão de empréstimos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A alteração na Lei nº 6.748, de 10 de dezembro de 1979, se aprovada, permitirá que a composição da renda familiar para obtenção de financiamento habitacional inclua as rendas próprias de "pessoas que convivam em uma mesma unidade familiar".

Isso abre espaço, segundo Waldeck Ornélas, para somar o rendimento dos filhos, pais e outros parentes que morem sob o mesmo teto. Atualmente, as normas do SFH só aceitam os rendimentos do cônjuge ou companheiro para compor a renda familiar que proporcione a base para o julgamento e a liberação dos empréstimos habitacionais. Essa restrição, conforme o senador, acaba excluindo a maioria das mulheres chefes de família, que, pelos dados do Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já comandam 26% das famílias brasileiras. "A remuneração média delas é 64% menor do que a dos homens e elas precisam da renda de outros parentes para ter acesso ao crédito oficial", ressalta o parlamentar.

A proposta, que tem parecer favorável do senador Lauro Campos (PDT-DF), estende o alcance da medida a todos os financiamentos para aquisição da casa própria, apesar de a Lei nº 6.748 referir-se apenas aos empréstimos até 1.500 Unidades Padrão de Capital (UPCs). Waldeck Ornélas considera que o seu projeto, que será examinado em caráter terminativo na CAE, ampliará as possibilidades de mulheres que chefiam as suas famílias adquirirem a casa própria.

## Novos parlamentares devem tomar várias providências antes da posse

Os 54 brasileiros eleitos no domingo para compor dois terços do Senado como representantes da Federação têm várias providências a tomar antes de serem empossados como senadores no dia 1º de fevereiro de 2003. Apurados os votos de cada um, eles terão que ser diplomados pela Justiça Eleitoral nos estados em que foram eleitos e entregar o original do diploma à Secretaria Geral da Mesa do Senado.

Para fins de ampla divulgação, os eleitos deverão apresentar ao Senado declaração de bens e de renda, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, do cônjuge ou companheiro ou de pessoas jurídicas por eles controladas, desde que de valor igual ou superior à remuneração mensal de senador. Deverão entregar também cópia da Declaração de Imposto de Renda própria e do cônjuge, referente ao ano anterior, além de Declaração de Atividades Econômicas ou Profissionais, ainda que delas se encontrem transitoriamente afastados, com a respectiva remuneração ou rendimento, inclusive quaisquer pagamentos que continuem a ser efetuados por antigo empregador. Outras providências a serem tomadas



No dia 1º de fevereiro o Plenário do Senado receberá, para a posse, os 54 eleitos no domingo

pelos senadores eleitos incluem o preenchimento de fichas com informações declarando o nome político que desejam usar, o partido pelo qual foram eleitos e os nomes dos seus suplentes. No dia 1º de fevereiro,

esses 54 senadores, além dos outros 27 que ainda têm quatro anos de mandato, participam da reunião preparatória da próxima legislatura. No mesmo dia, tomarão posse, jurando respeitar a Constituição e as leis do país.

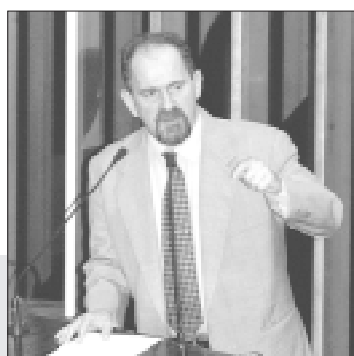
# CCJ examina projeto de quarentena para ocupantes de cargos públicos

Também está na pauta da comissão, que tem reunião amanhã, proposta estabelecendo normas para a realização de concursos públicos em todos os níveis da administração

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado reúne-se amanhã para examinar pauta de 32 itens. Entre as matérias a serem apreciadas está o projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que impede os ex-ocupantes de cargos da administração pública federal com acesso a informações privilegiadas de ocupar postos em empresas privadas pelo período de um ano após a exoneração do serviço público.

O senador afirma que essa "quarentena" é necessária para evitar que ex-dirigentes públicos usem — em seu benefício ou de empresas — informações a que tiveram acesso por força dos cargos que ocuparam. No mercado financeiro e nas bolsas de valores, essa prática é conhecida como *inside information*, termo da língua inglesa que pode ser traduzido como "informação privilegiada". O sistema financeiro é justamente um dos setores que mais recrutam ex-ocupantes de cargos públicos (especialmente do Banco Central), ao lado das companhias aéreas, que geralmente empregam ex-dirigentes do Departamento de Aviação Civil (DAC) e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

"Estamos criando mecanismos voltados a resguardar o interesse público em face dos poderosos interesses privados em jogo na acirrada competição dos mercados", diz Dutra, cujo projeto será votado em



Dutra quer "resguardar o interesse público em face dos poderosos interesses privados"



Jorge Bornhausen defende regras claras para assegurar lisura dos concursos públicos

caráter terminativo — ou seja, não precisará ser examinado pelo Plenário, seguindo direto para a Câmara dos Deputados, a não ser em caso de recurso.

Pelo projeto, estariam sujeitos a restrições ex-dirigentes do Banco Central; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); das agências reguladoras federais; da Superintendência de Seguros Privados (Susep); da Comissão de Valores Mobiliários; da Secretaria da Receita Federal; do Departamento de Aviação Civil e da Infraero. Outras áreas da administração pública federal poderiam ser incluídas por ato do Executivo.

A restrição imposta pelo projeto é limitada. O ex-titular do cargo público estaria impedido de "exercer qualquer atividade profissional, com ou sem vínculo empregatício, para empresa privada, nacional ou estrangeira, que opere em segmen-

to de mercado situado na área de jurisdição administrativa ou operacional do respectivo órgão ou entidade". Durante esse período, o ex-dirigente receberia, do Tesouro Nacional, remuneração equivalente ao cargo ocupado.

## CONCURSOS

Estão também na pauta da CCJ projeto de lei dispondo sobre normas relativas a concursos públicos, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), e outro criando no Senado a Comissão de Legislação Participativa, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC).

O projeto disciplinando concursos públicos no âmbito da administração direta e indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios tem como objetivo principal fazer valer os princípios da livre seletividade e competitividade entre os candidatos. O autor procurou enfatizar a necessidade de o

edital ser redigido de forma clara e objetiva, especificando as características dos cargos, inclusive remuneração.

Em sua justificativa, Bornhausen afirma que, apesar de a Constituição de 1988 exigir concurso público para ingresso em cargos da administração direta e indireta, a falta de normas claras e concisas como as dispostas em seu projeto possibilitou que os editais fossem viciados por exigências abusivas e interesses estranhos à administração pública passassem a contaminar a atuação das bancas examinadoras.

"Houve casos em que prazos e validade de concursos expiraram sem a convocação de qualquer aprovado e sem a apresentação de qualquer justificativa", diz Bornhausen, que incluiu normas para participação de deficientes físicos.

O projeto de autoria de Marina Silva prevê a criação da Comissão Permanente de Legislação Participativa. Caberia à comissão examinar sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e outras entidades, bem como pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais. No caso de a comissão emitir parecer favorável à proposta, ela seria transformada em proposição legislativa de sua autoria e encaminhada à Mesa do Senado para tramitação.



Marina Silva pretende ampliar acesso a espetáculos e eventos culturais ou esportivos

## Estudantes e idosos podem ter meia-entrada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve votar, até o fim do ano, projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que assegura a estudantes matriculados em escolas públicas ou particulares nos níveis fundamental, médio e superior e a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos a meia-entrada para ingresso nas casas de diversão e espetáculo, nas casas de cultura, nos museus, praças esportivas e similares. O projeto tem parecer favorável do senador José Fogaça (PPS-RS).

De acordo com a proposta, a redução no preço efetivamente cobrado para o ingresso não incidirá sobre eventuais preços promocionais temporários que sejam iguais aos 50% de desconto sobre o preço normal praticado pelo estabelecimento. Somente terão direito à meia-entrada os estudantes portadores da carteira de identidade estudantil, emitida pela respectiva associação ou pelo estabelecimento de ensino, e os idosos que apresentarem documento de identidade.

O projeto estabelece que se exce-tuam da obrigatoriedade de cobrar meia-entrada dos estudantes e idosos os estabelecimentos que, em obediência a legislação estadual ou municipal específica, já estejam concedendo a esses dois grupos descontos superiores a 50%.

Na justificativa da proposta, Marina argumenta que a concessão do desconto viria contribuir para ampliar o repertório de conhecimento dos estudantes, enriquecendo sua qualificação profissional. Para ela, a meia-entrada "representaria um inequívoco incentivo, especialmente para os estudantes carentes, no sentido de lhes facultar os meios de acesso a um desejável aprimoramento cultural".

A senadora sustenta ainda que a meia-entrada será um instrumento eficaz para que os idosos participem com mais frequência das atividades esportivas e culturais do país.

## Duas propostas acabam com o voto obrigatório

Entre os mais de 30 itens incluídos na pauta da CCJ, estão proposições que tratam de questões político-partidárias. Outro destaque da pauta é o exame de 133 emendas de Plenário oferecidas à proposta de reforma do Judiciário. Relatada pelo presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a matéria volta a ser analisada pela comissão, que aprovou o relatório final no semestre passado.

Entre as matérias a serem analisadas, estão duas PECs, apresentadas pelos senadores Sérgio Machado (PMDB-CE) e Carlos Patrocínio (PTB-TO), que prevêm o fim do voto obrigatório no país. Pela proposta de Machado, relator na Comissão Especial da Reforma Políti-

co-Partidária, o alistamento eleitoral continuaria a ser exigido para os maiores de 18 anos, mas o voto passaria a ser facultativo, dando ao eleitor a liberdade de comparecer ou não às urnas. Essa PEC já recebeu parecer favorável do senador Iris Rezende (PMDB-GO), que sugere a rejeição da proposta correlata de Patrocínio.

### FILIAÇÃO

Também na pauta, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que revoga dispositivo do Código Eleitoral para permitir a filiação partidária dos servidores da Justiça Eleitoral teve voto contrário do relator, senador Bello Parga (PFL-MA). Já o senador Francelino Pereira (PFL-MG) elaborou parecer pela aprovação de projeto de re-

solução do senador Osmar Dias (PDT-PR) que introduz alteração no Código de Ética e Decoro Parlamentar. A matéria, que foi alvo de substitutivo e deve passar pelo crivo da Comissão Diretora, trata do momento de início do processo de cassação de mandato de senador.

Proposições de apelo social e econômico também constam da pauta da CCJ, como projetos do senador Álvaro Dias (PDT-PR), com pareceres favoráveis da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que dispõem, respectivamente, sobre o ressarcimento dos recursos utilizados no pagamento do empréstimo compulsório e sobre normas para proteção da vítima e da testemu-



Sérgio Machado propõe alistamento eleitoral obrigatório, mas voto facultativo

nha de delito. Devem ser avaliados ainda pela comissão projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que proíbe fumar ao volante e projeto do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que trata do processo de investigação de paternidade de filhos concebidos fora do casamento.